

**ANTÓNIO DE CÉRTIMA E A «EPOPEIA MALDITA».
UM JOVEM INTELLECTUAL NA PRIMEIRA GUERRA
MUNDIAL. MOÇAMBIQUE, 1916-1918¹**

**ANTÓNIO DE CÉRTIMA AND THE «EPOPEIA MALDITA».
A YOUNG INTELLECTUAL IN THE FIRST WORLD WAR.
MOZAMBIQUE, 1916-1918**

Ernesto Castro Leal. Universidade de Lisboa, Portugal.

E-mail: castroleal@letras.ulisboa.pt

Resumo: O objectivo deste artigo é problematizar o discurso memorialístico de guerra construído pelo jovem intelectual António de Cértima. Fez parte do corpo militar português que, em Moçambique, combateu as forças militares alemãs, durante a Primeira Guerra Mundial. Escreveu o livro *Epopéia Maldita* sobre esse tempo de confronto militar, onde revelou uma notável escrita literária. Nesta narrativa de guerra articulou as suas memórias de combatente com a análise crítica das opções político-militares tomadas pelos governos portugueses e com a visão sobre a identidade portuguesa. Segundo ele, nos anos 20, a resposta a dar à crise do regime político da Primeira República Portuguesa devia institucionalizar uma Ditadura apoiada pelas Forças Armadas.

Palavras-chave: António de Cértima, intelectuais, memória, política, Primeira Guerra Mundial.

Abstract: This article aims to discuss the war memoirs discourse written by the then young intellectual António de Cértima. He was part of the Portuguese Military Corps in Mozambique and fought the German armed

¹ Recibido: 30/04/2014 Aceptado: 25/05/2014 Publicado: 15/06/2014

forces during the First World War, having written *Epopéia Maldita* during that period of time and thusly revealing a most remarkable literary way of writing. In this narrative of war, he connected his memories as a soldier with a critical analysis of the political-military options taken by the Portuguese governments and with the vision of the Portuguese identity. He pointed out that the solution to the 1920's Portuguese First Republic political regime's crisis laid in the institutionalisation of a dictatorship, which ought to be backed by the Armed Forces.

Keywords: António de Cértima, intellectuals, memory, politics, Portuguese First Republic.

1. INTRODUÇÃO.

O objectivo deste artigo é problematizar o discurso memorialístico de guerra construído pelo jovem intelectual António de Cértima (1894-1983), seduzido culturalmente pelo modernismo e pelo futurismo e politicamente pela direita antiliberal². Fez parte do corpo militar português que, em Moçambique, combateu as forças militares alemãs (1916-1918), durante a Primeira Guerra Mundial. Escreveu o livro *Epopéia Maldita. O drama da guerra de África: que foi visto, sofrido e meditado pelo combatente António de Cértima* (1924)³ sobre esse tempo de confronto militar, onde revelou uma escrita literária elogiada por personalidades liberais e antiliberais da vida pública portuguesa. Por exemplo, o escritor e capitão João Pina de Moraes, ligado à esquerda democrática republicana⁴, antigo combatente português na Flandres francesa (1917-1918) e autor de memórias da sua experiência de guerra⁵, considerou ser um «belo

² Para uma leitura crítica de memórias de guerra de combatentes portugueses, inseridos noutra campo político, o da esquerda republicana demoliberal, cf. LEAL, Ernesto Castro: “Narrativas e imaginários da 1ª Grande Guerra. O «Soldado-Saudade» português nos «nevoeiros de morte»”. In: *Revista de História das Ideias*, vol. 21 (2000), pp. 441-460, disponível em <http://rhi.fl.uc.pt/vol/21/eleal.pdf>; Idem: “Memórias da Grande Guerra (1914-1918) na Renascença Portuguesa”. In: *Revista Cogitationes*, vol. I, n.º 3 (2010-2011), pp. 4-18, disponível em <http://www.cogitationes.org/index.php/article/memorias-da-grande-guerra-1914-1918-na-renascenca-portuguesa>.

³ CÉRTIMA, António de (1924): *Epopéia Maldita. O drama da guerra de África: que foi visto, sofrido e meditado pelo combatente António de Cértima*, Lisboa, Edição do Autor [Portugal-Brasil Sociedade Editora-Depositária].

⁴ QUEIRÓS, António José (2008): *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 142-155, 408-409.

⁵ MORAIS, Tenente Pina de (1919): *Ao Parapeito*, Porto, Edição da “Renascença Portuguesa”; Idem (1921): *O Soldado-Saudade na Grande Guerra*, Porto, Edição da “Renascença Portuguesa”.

livro» que exprimia o «grito delirante, ora angustioso e crucificado, ora alto e vitorioso, mas sempre patriótico, dum exército trágico que se esfacelou de encontro e em nome de Deus e do destino»⁶; por sua vez, o escritor e advogado Alfredo Pimenta, líder da Acção Realista Portuguesa, um grupo político monárquico de direita antiliberal⁷, referiu que, das «páginas que li, eu tive a impressão de que a vertigem me tomava – prova de que a minha sensibilidade vibrou, sacudida pelo ritmo e pela cor da sua expressão»⁸.

Na narrativa de guerra *Epopéia Maldita*, António de Cértima articulou as suas memórias de combatente em Moçambique com a análise crítica das opções político-militares tomadas pelos governos portugueses e com a visão sobre a identidade portuguesa e a resposta a dar, nos anos 20, à crise do regime político da I República Portuguesa, que, segundo ele, devia institucionalizar uma Ditadura, apoiada pelas Forças Armadas. A guerra representou para António de Cértima e devia representar para a «geração nova», onde se inseria, um sobressalto cívico-político de revolta da consciência e de acção face a uma diagnosticada situação de decadência portuguesa. Segundo o autor, o livro tinha sido concebido nas «horas heróicas dos nossos corações» e «escrito com o gume frio das nossas espadas», para ser oferecido à «gente ousada e guerreira da minha Pátria, que para o serviço das batalhas apuraste o ânimo e a rizeja da mocidade, desprezando a vida cómoda, a repartição pública e as tardes burguesas do Chiado»⁹. Ao longo da obra, partindo de alguns exemplos maiores de chefes militares e de camaradas combatentes, elogiou o vitalismo da acção e o sonho ardente do espírito de cruzada e do grande chefe, não admirando a sua sedução pelo fascismo italiano, tendo pertencido ao Centro do Nacionalismo Lusitano (1923-1925), dirigido por João de Castro Osório. Esse grupo político corporizou o ideal político fascista bem expresso no título e subtítulo do seu periódico oficial: *A Ditadura*, «periódico do fascismo português».

2. ANTÓNIO DE CÉRTIMA: FRAGMENTOS DE IDENTIDADE

António Augusto Cruzeiro viria a adoptar o nome civil de António Augusto Cruzeiro de Cértima e usou o nome de António de Cértima como autor. A adopção do apelido de

⁶ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 290.

⁷ LEAL, Ernesto Castro: “Acção Realista Portuguesa: An Organization of the Anti-Liberal Right, 1923-26”. In: *Portuguese Studies*, vol. 30, n.º 1 (2014), pp. 47-66, disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.5699/portstudies.30.1.0047?uid=3738880&uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21103595595031>

⁸ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 290.

⁹ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 279.

Cértima representou uma evocação sentimental do nome do rio que corre no concelho de Oliveira do Bairro, donde era natural. Fez parte dos «novos», daqueles que José Relvas, antigo ministro das Finanças do Governo Provisório da República (1910-1911), ministro de Portugal em Madrid (1911-1914) e presidente de um Governo republicano (1919), em entrevista dada a António de Cértima em 1927, já em Ditadura Militar, deste modo identificou: «Os *novos*, artistas e intelectuais, desertaram da República visto que esta não os tratou como devia e ainda porque viveram numa época em que se abria a decadência da Democracia. A ideia cultural que absorveram foi, por conseguinte, mais conservadora do que radical»¹⁰. Teve uma significativa projecção literária e política nos anos 20 e 30 do século XX, envolvendo-se no processo de crítica radical à I República e na defesa da construção de um Estado autoritário antiliberal e antidemocrático, que o Estado Novo salazarista configurará¹¹.

Nasceu no dia 27 de Julho de 1894, no lugar de Giesta, freguesia de Oiã, concelho de Oliveira do Bairro (distrito de Aveiro), e morreu no dia 20 de Outubro de 1983, na sua casa situada na serra do Caramulo, concelho de Tondela (distrito de Viseu)¹². O pai era proprietário rural, ao que juntava uma loja de comércio, que a mãe geria. Fez a instrução primária em Oiã e o liceu em Aveiro. Manifestou cedo aptidões para a escrita literária, tendo publicado desde os 19 anos mais de 30 livros e dezenas de artigos em jornais e revistas, entre 1914 (poema *Marília. Quadro dramático*) e 1970 (romance *Não Quero Ser Herói* e *plaquettes* poéticas *Soldado, Volta!* e *Epístola a Job*), onde se encontram poesias, novelas, crónicas, contos, romances, crítica literária, entrevistas ou ensaios. Destaque-se, a nível do pensamento político, o ciclo «Para a política das novas gerações», do qual fazem parte *O Ditador. As Crises, o Homem, a Nova Ordem* (1927; 4.^a ed., 1928) e *Discurso à Geração Lusitana* (1935) assim como os anunciados (mas nunca publicados) *O Homem do Ocidente* e *O Culto da Força como Ideal Patriótico*.

Em Junho de 1916, com 21 anos, após a instrução militar na arma de Infantaria em Mafra (distrito de Lisboa), será mobilizado para Moçambique, no contexto da Primeira Guerra Mundial, incorporado no 3.º Batalhão do Regimento de Infantaria 28.

¹⁰ *Portugal*, ano I, n.º 154, 3/03/1927, p. 2.

¹¹ PINTO, António Costa: “O Fascismo e a Crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-25)”. In: *Penélope*, n.º 3 (1989), pp. 43-62; LEAL, Ernesto Castro (1994): *António Ferro. Espaço político e imaginário social (1918-1932)*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 113-120; Idem (1999): *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 167-276.

¹² Para a única biobibliografia geral que existe, cf. MOTA, Arsénio (1994): *António de Cértima. Vida, Obra, Inéditos*, Porto/Lisboa, Livraria Figueirinhas.

Como testemunho escreveu *Epopéia Maldita. O drama da guerra de África: que foi visto, sofrido e meditado pelo combatente António de Cértima* (1924; 4.^a ed., 1925) e *Legenda Dolorosa do Soldado Desconhecido de África* (1925; 5.^a ed., 1926). Prometeu a saída de *O Inferno. Carvões da campanha negra* e de *Os Serranos. Epopeia do soldado português*, livros que não publicaria e que fariam parte do ciclo de «Obras de Guerra». Regressou a Portugal continental em 1918, com o posto de 2.º sargento do Regimento de Infantaria 28.

Radicado em Lisboa, a partir de 1922, será redactor do magazine político-cultural *ABC* e colaborou em várias revistas e jornais, salientando-se os textos de crítica literária publicados no periódico *Diário de Lisboa*. A nível político, aderiu ao campo nacionalista autoritário antiliberal, dentro do Centro do Nacionalismo Lusitano (1923-1925), ao lado de João de Castro Osório¹³, Raul de Carvalho¹⁴ ou Feliciano de Carvalho¹⁵. O fracasso do golpe militar de 18 de Abril de 1925¹⁶, onde se envolveram elementos desse grupo político, tirou eficácia momentânea ao discurso radical que a organização divulgou nos periódicos *Portugal* (dirigido por Augusto Ferreira Gomes) e *Ideia Nova* e *A Ditadura* (dirigidos por Raul de Carvalho). Algumas das ideias-base do programa político do Nacionalismo Lusitano fixavam o sindicalismo corporativo, a organização de uma milícia civil, a descentralização administrativa, a apologia da vontade forte e do chefe, a ditadura nacional.

Nesse grupo de jovens políticos, o exemplo paradigmático da Itália fascista era evidente como experiência a implantar em Portugal, mas essa sedução seria efémera, face à maior audiência do exemplo espanhol da Ditadura militar do general Miguel Primo de Rivera junto da elite política e militar crítica da I República parlamentar. Os apelos às Forças Armadas, como instituição capaz de operar a mudança política, substituíam a

¹³ João de Castro Osório (1899-1970). Escritor, advogado, polemista político e colonial. Filho da escritora republicana Ana de Castro Osório e do poeta republicano Paulino de Oliveira. Lançou o *Manifesto Nacionalista* (1919) e publicou o opúsculo *A Revolução Nacionalista* (1922). Autor da elegia *Rainha Santa* (1920), das tragédias *A Horda* (s.d.) e *O Clamor* (1923), do ensaio *Direito e Dever do Império* (1938), entre outros. Em 1931-1932 dirigiu a revista de cultura *Descobrimientos*, participando em 1937 no 1.º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. A partir de 1946 dedicou-se exclusivamente à Literatura.

¹⁴ Raul de Carvalho foi adjunto da Polícia Preventiva durante o Sidonismo/República Nova (1918) e ocupou o cargo de administrador do concelho de Lisboa (1918). Em 1919 era funcionário do Ministério dos Abastecimentos. Dirigiu, entre outros, os periódicos *Ideia Nova* (1923), *A Ditadura* (1923-1928) e *O Português* (1928).

¹⁵ Feliciano de Carvalho foi membro da Juventude Republicana Sidonista e director do periódico *Nação Lusitana* (1922). Em 1924 coligiu e ordenou um conjunto de discursos e alocações do Presidente da República Sidónio Pais, publicados em Lisboa no volume II da Biblioteca de Acção Nacionalista, com um estudo político introdutório de João de Castro Osório, “Sidónio Pais e o Messianismo Ditatorial” (pp. 7-34).

¹⁶ LEAL, Ernesto Castro (1999): *op. cit.*, pp. 183-185.

tentação milicial e vanguardista dos membros do Centro do Nacionalismo Lusitano, que obtiveram o apoio do prestigiado general João de Almeida. No Carta ao Exército («Gente d'Armas do meu país!», Sintra, 6 de Agosto de 1924)¹⁷, António de Cértima acabou por anunciar a sua adesão a um ideário autoritário mais institucionalista. Diluiu-se o discurso fascista, que renasceu nos anos 30 em torno do Nacional-Sindicalismo de Francisco Rolão Preto¹⁸. António de Cértima ingressou na carreira diplomática como vice-cônsul no Suez (1926), depois cônsul em Dacar (1927-1931) e em Sevilha (1932-1949). Essa vida consular inspirou-lhe as obras *Sortilégio Senegalês. Pelos caminhos do sol* (1947; 4.ª ed., 1949) e *Sevilha, Noiva de Portugal. Dois mil anos de história e emoção* (1963).

António de Cértima inscreveu elementos de misticismo pagão desde os primeiros poemas escritos em 1914 e publicados no livro *Bodas de Vinho. Poemas da Força e da Alegria* (1919), absorvendo temas do simbolismo, modernismo e futurismo. Em Portugal, considerou António Ferro o «cartaz literário da sua geração»¹⁹; no estrangeiro, admirou Henri Barbusse, autor de *Le Feu. Journal d'une escouade. Roman* (1916)²⁰. Nas crónicas reunidas no livro *Alma Encantadora do Chiado. Da Arte, da Vida, do Amor* (1927), afirmou que a guerra constituía uma «saudável escola de vida interior»²¹; a mesma ideia percorreu a obra *Epopeia Maldita* (1924), que reúne memórias e reflexões sobre as campanhas militares portuguesas em Moçambique, nas margens do rio Rovuma, onde participou, contra as forças militares alemãs. *Epopeia Maldita* teve um sucesso editorial, consagrando-o, aos 29 anos, na «República das Letras»: 1.ª edição de 1000 exemplares (25 de Outubro de 1924), 2.ª edição de 1000 exemplares (29 de Novembro de 1924), 3.ª edição de 1000 exemplares (Dezembro de 1924) e 4.ª edição 1000 exemplares (Janeiro de 1925).

¹⁷ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, pp. 279-280.

¹⁸ Sobre o movimento nacional-sindicalista de Francisco Rolão Preto, cf. MEDINA, João (1979): *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A história de um conflito (1932-1935)*, Amadora, Livraria Bertrand; PINTO, António Costa (1994): *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa.

¹⁹ CÉRTIMA, António de (1927): *Alma Encantadora do Chiado. Da Arte, da Vida, do Amor*, Coimbra, Atlântida, p. 8. Para o percurso do modernista António Ferro até ao Estado Novo, cf. LEAL, Ernesto Castro (1994): *op. cit.* António Ferro e outros modernistas portugueses tomaram posição perante a Primeira Guerra Mundial e o pós-guerra, cf. LEAL, Ernesto Castro: “Modernistas Portugueses, a Grande Guerra e a Europa (1915-1935)”. In: *Revista Cogitationes*, vol. II, n.º 5 (2011), pp. 4-17, disponível em <http://www.cogitationes.org/index.php/article/modernistas-portugueses-grande-guerra-europa-1915-1935>

²⁰ Henri Barbusse (1873-1935). Literato francês, combatente na Primeira Grande Guerra, aderiu ao ideário marxista.

²¹ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 115.

3. «EPOPEIA MALDITA»: TEMPO E CIRCUNSTÂNCIAS

Na produção literária, o memorialismo representa uma necessidade de encontro com o passado vivido, tendo em vista partilhar experiências. Como meio de transmissão de memórias tem uma eficácia no presente e, no caso das literaturas de guerra, o sentido político-social é evidente. A guerra vivida ao ser recordada polariza visões e versões nas opiniões públicas, incrementando sentimentos e valores, num processo que visa a constituição de um «sistema de incitações interindividuais»²². A memória individual pode verte-se em memória de grupo e até incorporar a memória colectiva. Assim, o «contágio mimético» pretendido suscita uma variedade de reacções veiculadas pela oratória, canto, imagem, ficção ou ensaio.

Dentro do panorama cultural português, o memorialismo surge quase sempre como trabalho complementar na oficina das letras dos nossos escritores. Por vezes, recobre um processo de autojustificação, mas, quase sempre, exprime um olhar crítico sobre o quotidiano. Não obstante os diversos pretextos, as memórias (e os diários) traduzem uma das problemáticas do conhecimento humano, isto é, a tensão entre memória (passado) e vivência (presente), ao serviço de um projecto (futuro). O testemunho recriado acentua o lugar do sujeito, permitindo descortinar visões do mundo. Mais do que noutras circunstâncias, o observador compromete-se, evadindo-se frequentemente da textura espaço-temporal de enraizamento. A relação entre a História e a Literatura é nuclear na constituição da narrativa memorialística²³.

Ao deambular pelo tempo-memória com finalidade interveniente, a pessoa humana propicia um acto comunicativo que visa quase sempre uma escolha. Philippe Ariès refere que o testemunho pessoal pretende levar aos outros a nossa emoção: «Le témoignage n'est pas le récit détaché d'un observateur qui dénombre ou d'un savant, mais une communication, un effort passionné pour transmettre aux autres, qui contribuent à l'Histoire, sa propre émotion de l'Histoire. Il fait penser à ce besoin de confiance de l'homme ému par une grande douleur, ou une grande joie, ou tenaillé par le souci (...)»²⁴. O

²² Para a ligação entre psicologia e sociedade, cf. FÈBVRE, Lucien (1977): *Combates pela História*, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, pp. 161-185; STOETZEL, Jean (s.d.): *Psicologia Social*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

²³ A propósito da relação entre História e Literatura, cf. VEYNE, Paul (1983): *Como se Escreve a História*, Lisboa, Edições 70, pp. 13-25; MEDINA, João: “Romance e História, Vida e Destino de Vassili Grossman”. In: *Revista da Faculdade de Letras*, 5.ª série, n.º 4 (1985), pp. 37-58; *Revista de História das Ideias*, vol. 21 (2000).

²⁴ ARIÈS, Philippe (1986): *Le Temps de l'Histoire*, Paris, Éditions du Seuil, p. 86; POMIAN, Krzysztof (1993): *Enciclopédia Einaudi*, vol. 29 (Tempo/Temporalidade), Lisboa, Imprensa

memorialismo de guerra configura um meio para desenvolver uma leitura psicológica do heroísmo na História, onde são significativas tanto as evidências como os silêncios²⁵. Habitualmente, as narrativas de guerra apresentam como tema comum a exposição dos mecanismos de sobrevivência física e, em particular, de sobrevivência psicológica no teatro de operações militares, sem esquecer a possibilidade de denúncia do regime político vigente. A obra *Epopéia Maldita* é um bom exemplo, pretendendo António de Cértima abrir um foco de «guerra civil ideológica» na vida política do seu tempo, com o objectivo de contribuir para a criação de uma alternativa nacionalista autoritária em Portugal.

O tempo cronológico, inscrito na *Epopéia Maldita*, decorre entre 24 de Junho de 1916, data da partida de Lisboa de um dos navios da 3.^a expedição militar a Moçambique (onde seguiu António de Cértima), e Abril de 1918, quando é emitida a «misericordiosa ordem do regresso à metrópole»²⁶, verificando-se a centralidade descritiva na segunda metade do ano de 1916. Comandada pelo general José César Ferreira Gil (um dos alvos da crítica de Cértima), esta expedição chegou a Palma, novo Quartel-General das operações militares na área do rio Rovuma, a 25 de Julho de 1916²⁷. Foi uma das mais numerosas que o Governo republicano português enviou para Moçambique, dado que era composta por 4836 militares (128 oficiais, 352 sargentos e equiparados e 4356 praças). António de Cértima comunica o tempo e o modo da sua actuação como «espectador comprometido» nas acções militares, num confronto com projecção no quadro da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial²⁸. Anote-se a seguinte informação sobre a mobilização

Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-91.

²⁵ Sobre o problema dos silêncios e da dissimulação nos discursos, cf. FERRO, Marc (1981): *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde entier*, Paris, Payot; Idem (1987): *L'histoire sans Surveillance. Science et conscience de l'histoire*, s.l., Calmann-Lévy. Para a experiência portuguesa, cf. TORRALBA, Luís Reis (1989): *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva; GIL, José (1995): *Salazar. A retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio d'Água Editores.

²⁶ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 270.

²⁷ Idem: *ibidem*, p. 45.

²⁸ Para a interpretação crítica global da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, cf. RAMOS, Rui. "A Segunda Fundação (1890-1926)". In: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 493-527; TEIXEIRA, Nuno Severiano (1996): *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa; FRAGA, Luís Alves de (2001): *O Fim da Ambiguidade. Os objetivos políticos e o esboço da estratégia nacional de 1914-1916*, Lisboa, Universitária Editora (dissertação de mestrado em Estratégia, Universidade Técnica de Lisboa, 1990); Idem (2010): *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1.^a República, 1916-1918*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra; GODINHO, Vitorino Magalhães (2005): *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*, Lisboa, Publicações Dom Quixote/Assembleia da República, pp. 95-245; AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos (coord.) (2013): *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*, Vila do Conde, Verso da História; *Memorial aos Mortos na Grande Guerra / Memorial to the Fallen in the Great War*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional / Arquivo Histórico Militar, 2014, disponível em <http://www.memorialvirtual.defesa.pt/Paginas/Splash.aspx>

militar: o total do contingente português na região norte de Moçambique atingiu o número aproximado de 39201 militares portugueses, 10273 soldados autóctones e 8000 soldados recrutados nas capitánias-mor de Angoche²⁹.

3.1. Condições de produção da narrativa

Esta experiência pessoal feita literatura pode ser lida em duas vertentes. Uma, de forte impregnação interpretativa, onde o autor reflecte sobre a sua condição militar de combatente; dá-nos uma imagem obsessiva do tédio, que se inscreve nos valores simbolistas da geração cultural portuguesa de fim-de-século XIX, os quais tinham feito parte da sua formação cultural. Outra, mais factual e descritiva, permite reconstruir as acções militares em Moçambique, principalmente na segunda metade do ano de 1916. A técnica narrativa praticada faz uso de três importantes fontes: 1) o seu diário de campanha; 2) o diário de um «galhardo cabo-de-guerra» (o tenente de Infantaria 19, Manuel Candeias), que utiliza através de citações³⁰; 3) documentos oficiais (correspondência militar e ordens de serviço). Publicada seis anos após o final da Primeira Guerra Mundial, a obra *Epopeia Maldita* pretende legitimar a acção do seu autor e moldar a memória história dos acontecimentos. António de Cértima não esconde a sua intenção: «Que esta pena sofredora não seja acoimada de irreverente por tão fundo mergulhar na negra tinta da verdade. Que a dor daqueles, que por ali arrastaram os seus passos de lázaros, supra nestas páginas o que eu não quero escrever para não ser considerado pelos profanos fantasia de novelista sombrio»³¹.

Como exemplos de contra-memória, cite-se a avaliação da conquista de Kionga³² e de Nevala³³. Nestas operações militares, o «país, iludido como *magala* pelas notícias dos *blagueurs* do Quartel-General da expedição»³⁴, acreditava que tivessem sido actos heróicos de combate. Ora, para Cértima, tal deveu-se ao abandono dos postos por parte dos alemães. No que diz respeito à conquista de Kionga (10 de Abril de 1916), a sua opinião nada tem a ver com a presença física no acontecimento, já que só embarcaria de Lisboa a 24 de Junho desse ano; mas, pela narrativa, pode-se ser levado a acreditar no

²⁹ PÉLISSIER, René (1988): *História de Moçambique. Formação e oposição (1854-1918)*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 387-390.

³⁰ Para as citações do diário do tenente Manuel Candeias, cf. CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, pp. 133-138. Na obra, as citações terminam com as iniciais M.C., mas, ao consultar o periódico *Diário de Lisboa* descobre-se a identidade do seu autor num artigo de polémica – cf. *Diário de Lisboa*, ano IV, n.º 1216, 26/03/1925, p. 2.

³¹ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 145.

³² Idem: *ibidem*, p. 70.

³³ Idem: *ibidem*, pp. 140, 150-151.

³⁴ Idem: *ibidem*, p. 151.

contrário. Quanto à conquista de Nevala (26 de Outubro de 1916), a vivência do combate é já admissível, contudo, comparando com outros relatos de combates – onde o autor usa formas verbais como «estamos», «ficamos», «combatiam comigo», «assustei-me», «atravessei» ou «vi» –, aqui, utiliza a terceira pessoa («soube-se», «fez-se», «entra-se») ou expressões como «os nossos tiveram a boa sorte», «ninguém lhes berrou lá de cima, esconjurando-os», «nem uma só pedra lhes foi atirada»³⁵. Esta versão comunicava a escalada ao fortim de Nevala, depois da retirada alemã, mais dura do que o próprio combate, que, em sua opinião, não chegaria a existir. A interpretação oficial apresentava (diferentemente) a conquista como consequência de ação violenta das tropas portuguesas, o que é corroborado por um grande investigador actual da história moçambicana³⁶.

Não há dúvida que uma das linhas de *Epopeia Maldita* é desconstruir a versão oficial do Exército português, através de procedimentos críticos nem sempre provados. E este aspecto – o da prova – é fundamental para a reconstrução histórica. No que diz respeito aos silêncios da história da guerra em Moçambique, que se manifestavam no seu tempo, o autor refere o caso emblemático do dia 5 de Outubro de 1916, dado que nesse dia ocorreu um verdadeiro massacre de tropas portuguesas em Mahuta, vítimas de uma emboscada alemã: «Lá em cima, nas moitas aziagas de Mahuta, ficavam para sempre: um alferes, um segundo-sargento, cabos e algumas boas dúzias de soldados ceifados aos molhos sob a gadanha sibilante das metralhadoras. Feridos, havia um capitão, um segundo-sargento e 12 soldados. Um rol de honra que o tempo escondeu... convenientemente»³⁷.

3.2. Estatuto do narrador

A presente situação literária mostra uma afinidade entre o autor e o narrador, revestindo a natureza de «narrador autodiegético»³⁸. A atitude de António de Cértima propicia o relato das suas próprias vivências na zona norte de Moçambique, o que desde logo confere à enunciação um grau de comprometimento. Neste contexto histórico-literário, o autor/narrador surge profundamente marcado pelas suas convicções político-ideológicas e pela carga emotiva que a guerra enraíza. Em rebate de consciência, após a organização de um quase libelo acusatório, proclama num *post-scriptum*: «Eu não quis denegrir a memória dos homens, mas apenas cuidei de limpar as armas

³⁵ Idem: *ibidem*, pp. 138-145.

³⁶ PÉLISSIER, René (1988): *op. cit.*, vol. II, p. 402.

³⁷ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 113.

³⁸ GENETTE, Gérard (1972): *Figures*, vol. III, Paris, Éditions du Seuil, pp. 251-260.

portuguesas dos ignóbeis inimigos que a servem»³⁹.

Atente-se, por agora, na visão que nos fornece sobre o Exército português em campanha. Estabelece na generalidade (com as inevitáveis excepções) a seguinte regra: o lado bom era constituído pela «soldadesca», o lado mau eram os oficiais do quadro permanente. Na sua «lista negra» de militares que «não souberam manter o aprumo eloquente do orgulho pessoal através da depuradora alquimia das horas funestas»⁴⁰, faz alusão a majores, capitães, tenentes, alferes e sargentos. O seu ódio principal dirige-se ao «Comandante dos Comandantes, o grande Chefe»⁴¹, acusado de inércia e de irresponsabilidade: trata-se do general José César Ferreira Gil⁴², criticado por andar a fazer turismo em Palma⁴³. No pólo oposto, encontrava o soldado (camponês, artífice ou operário), verdadeiro «lapuz de alma ingénua e brilhante»⁴⁴, a quem o livro diz pertencer⁴⁵. Este é o eixo condutor, para além da sobrevalorização da postura heróica do autor.

3.3. Elementos do mundo narrativo

As ideias persistentemente repetidas ao longo de *Epopeia Maldita* são as seguintes: irresponsabilidade das chefias militares; falta de recursos humanos e materiais (alimentos, fardamentos, medicamentos, material de guerra); superioridade militar alemã; vergonha na assunção das derrotas; drama dos soldados (presença constante da morte e do anseio no regresso à metrópole); barbarismo dos negros; imagem de uma Pátria decadente. Esta construção permaneceu como modelo de recorrência em situações diferenciadas – veja-se a similitude das descrições da tomada de Kionga, da marcha em direcção a Nevala e da sua conquista ou ainda do desastre de Mahuta.

O tempo da narrativa cobre sobretudo a segunda metade de 1916. Dada a grande quantidade de factos e de situações, registe-se elementos sintomáticos em torno de três realidades: 1) a partida e a viagem entre Lisboa e Palma; 2) as principais fases dos combates contra os alemães; 3) a imagem da cidade de Lourenço Marques (actual Maputo). No dia do embarque, António de Cértima descreveu o ambiente e

³⁹ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 279.

⁴⁰ Idem: *ibidem*, p. 219.

⁴¹ Idem: *ibidem*, p. 149.

⁴² O general José César Ferreira Gil seria substituído em Fevereiro de 1917 pelo capitão Álvaro de Castro, tendo sido invocado motivo de doença – cf. PÉLISSIER René (1988): *op. cit.*, vol. II, p. 404.

⁴³ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 165.

⁴⁴ Idem: *ibidem*, p. 32.

⁴⁵ Idem: *ibidem*, p. 51.

interrogava-se ao ver a multidão no cais de Alcântara-Mar (Lisboa):

“O cais de embarque, onde o *Zaire* atracava, coalhado de gente, razo de cabeças humanas, oferecia o aspecto dum fantástico oceano onde à encrespada flor das águas aflorasse um dantesco *étalage* de três milhares de fisionomias violentadas pelos mais estranhos e dramáticos sentimentos. E foi perscrutando este oceano de três mil cabeças, foi roçando o ardor de meu coração inflamado pelo esfíngico ardor que porventura sobre ele pairava, que eu perguntei comigo próprio se acaso estava ali, naquela manifestação que nos faziam, a falada *alma nacional* ou a *alma dum ministério político?*...”⁴⁶

Parece formular-se aqui uma atitude anti-intervencionista na frente africana de guerra, no entanto, o que o escritor/combatente questionava era a fraca preparação psicológica e militar dos combatentes e das chefias. Estabelecia uma advertência à política externa portuguesa, verdadeiro fulcro dos acontecimentos subsequentes. A crítica à tutela britânica – lida como «sujeição» pelo general Manuel Gomes da Costa⁴⁷ – fez parte do seu pensamento político. Outra vertente tem a ver com a referida falta de preparação técnica dos militares do Exército⁴⁸ e a incapacidade para completar a reforma militar republicana de 1911 que fora prometida no acto de posse de Afonso Costa como Presidente do Governo (Dezembro de 1915). Por sua vez, o general José César Ferreira Gil era indicado como o maior responsável dos insucessos das tropas portuguesas em Moçambique contra as tropas alemãs.

No vapor *Zaire* embarcaram cerca de 3000 homens pertencentes ao 3.º Batalhão de Infantaria 28 e a uma Bateria de Artilharia de Montanha, a parte mais significativa da 3.ª expedição militar⁴⁹. Durante um mês, esta gente, «violentada pelos mais estranhos e dramáticos sentimentos»⁵⁰, navegou desde Lisboa a Palma, passando pela Ilha de Santa Helena, Cidade do Cabo, Lourenço Marques e Baía do Tungue. O ambiente nauseabundo no interior do vapor era marcado pela angústia e pela incerteza:

⁴⁶ Idem: *ibidem*, p. 25.

⁴⁷ COSTA, General Gomes da (1925): *A Guerra nas Colónias, 1914-1918*, Lisboa, Portugal-Brasil Sociedade Editora, p. 168: «O general Gil, em vez de se conformar com as intenções do general Smuts, que era realmente o comandante em chefe (...)».

⁴⁸ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, pp. 55-56.

⁴⁹ Idem: *ibidem* p. 29. Os restantes elementos, incluindo as tropas de linha, o Quartel-General e todo o pessoal burocrático, tinham ido anteriormente. Recorde-se que a expedição foi constituída por 4642 homens.

⁵⁰ Idem: *ibidem*, p. 25.

“(…) o pequeno corrimão de ferro frio, engordurado e salitroso, dá-me um contacto glacial; as paredes de ferro, pintadas a cinzento, exsudam uma camada orvalhenta que dá náuseas; os degraus de madeira estão torpemente empastados de gordura, de restos de rancho, que se derramou e de mascarras esverdeadas de vômitos (...). Continuo a descer e vou pensando como haja organismos humanos capazes de resistir a esta hedionda atmosfera (...). Estou no fundo da quadra, no fundo deste porão maldito que nitidamente faz lembrar a horrorosa casa do pêndulo de que fala o sombrio Edgar Poe. (...) vou distinguindo gradualmente a silhueta confusa de dois centos e meio de homens que para ali se amontoam, rebolando-se sobre míseros colchões postos no chão (...). P’ra li se misturavam assim, numa promiscuidade selvagem, agonizando-se, envenenando-se, dois centos de homens reduzidos a uma insultuosa massa humana, inerme e fétida, trescalando aversões...”⁵¹

O mecanismo de repulsa é habitualmente criado através da descrição de ambientes como este, para comunicar as dificuldades de sobrevivência em situações de guerra. A fome, a sede, o clima ou a floresta são para António de Cértima mais difíceis de suportar do que as ofensivas do inimigo. A derrocada portuguesa só não se fez sentir em maior escala, pois, em sua opinião, a «loira e cortês Albion» a tal nos poupou⁵² e o sacrifício «heróico e impenitente do humilde lapuz de Portugal»⁵³ reverteria a favor da Inglaterra.

Após a chegada a Palma, as tropas esperaram dois meses, sem qualquer movimentação militar, concentrando forças ao longo das margens do rio Rovuma. A primeira marcha em direcção a Kionga teve início na noite de 15 de Setembro de 1916, durante três arrasantes dias⁵⁴. O posto alemão de Migomba tinha sido abandonado e o confronto não chegaria a dar-se. Escreve António de Cértima: «Um passeio de recrutas para experiências de heroicidade! Eis o que foi a ocupação da margem esquerda [do rio Rovuma] (...)»⁵⁵. As baixas foram provocadas pelo clima, pela dureza da marcha e pela deficiente alimentação; entre os doentes estava Cértima que foi conduzido para o Hospital de M’Lamba.

A 25 de Setembro de 1916 partia de Migomba a «Coluna Negra» com o objectivo de conquistar o Fortim alemão de Nevala. Comandava-a o sub-chefe do Estado-Maior,

⁵¹ Idem: *ibidem*, p. 29.

⁵² Idem: *ibidem*, pp. 270-272.

⁵³ Idem: *ibidem*, p. 272.

⁵⁴ Idem: *ibidem*, p. 69.

⁵⁵ Idem: *ibidem*, p. 90.

capitão Liberato Pinto⁵⁶. Mais uma vez, o nosso autor/combatente aproveitou a circunstância para criticar a falta de organização, em particular o comando do capitão Liberato Pinto, que permitiu a fácil emboscada inimiga:

“E assim, à maneira de *flecha*, a Coluna avançava rio acima, inteiramente despreocupada, indo à cata dum velo de oiro místico que o seu comandante o capitão Liberato Pinto não fazia ideia nenhuma onde se encontrava, não se preocupando por isso com a disciplina da marcha nem com as consequências que poderiam advir desta falta de critério militar (...). Não havia guias, não havia caminhos, era andar para a frente e coração alto. As regulamentares medidas de segurança eram um mito (...). Passeava-se com mais precaução na Base (...)”⁵⁷

A emboscada dar-se-ia a 5 de Outubro de 1916, com graves consequências para os militares portugueses. Não obstante a detalhada informação transmitida, o certo é que António de Cértima não tomou parte nesta operação, dado que pertencia à 11.^a Companhia do 3.º Batalhão de Infantaria 28 e esta não fez parte das movimentações. Em todo este processo de afrontamento, Cértima considera o combate para conquistar Lulindi/Kivambo (a norte de Nevala), realizado a 8 de Novembro de 1916, a primeira grande batalha, com inequívoca vitória portuguesa sob o comando do capitão Francisco Pedro Curado, após o major Leopoldo Jorge da Silva ter sido mortalmente ferido⁵⁸. Em violento balanço retrospectivo, interrogava-se:

“Que vantagem, afinal, nos trouxe esta guerra?”

E a resposta é amarga:

– Ao país, nenhuma, absolutamente nenhuma. O seu fim parece ter sido unicamente este: por um lado, servir o interesse particular dalguns maus portugueses; por outro lado, e na sua quase total extensão, ser útil aos interesses da

⁵⁶ Liberato Damião Ribeiro Pinto (1880-1949). Oficial do Exército e professor. Esteve preso durante o Sidonismo/República Nova, vindo a ser posteriormente nomeado chefe do estado-maior da Guarda Nacional Republicana (GNR). Conseguiu que os Ministérios dotassem a GNR de importantes meios, incluindo peças de artilharia, tornando-a uma área de pressão política. Foi Presidente do Governo (30/11/1920 a 2/03/1921), vindo a ser exonerado em virtude da exorbitação do seu poder.

⁵⁷ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 107.

⁵⁸ Idem: *ibidem*, pp. 154-156. O major do Exército Leopoldo Jorge da Silva nasceu no concelho e distrito de Viseu e morreu em combate em Moçambique no dia 10 de Novembro de 1916. Pertencia ao Regimento de Artilharia de Campanha e está sepultado no Cemitério de Nevala (Tanzânia) – cf. *Memorial aos Mortos na Grande Guerra / Memorial to the Fallen in the Great War*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional / Arquivo Histórico Militar, 2014, disponível em <http://www.memorialvirtual.defesa.pt/Lists/Combatentes/DispFormCombatente.aspx?List=fb2f9ac5%2Dbca8%2D43cd%2D9157%2D615a0b996189&ID=2870>

leal, amiga e velha cordialidade inglesa. Nada mais»⁵⁹

Por último, anote-se a imagem transmitida sobre a «pacata e britânica Lourenço Marques». Nos aspectos materiais, ressalta o nervo da cidade (Praça Sete de Março), com o Café Grego (onde se sentam o vício, as elegâncias, o mundanismo e a política) e donde partem três ruazinhas; junto do mato, algumas avenidas muito extensas; a praia da Polana, só para ingleses; edifícios como a Estação dos Caminhos-de-Ferro, os Correios, o Palácio do Governador, hotéis e teatros. Quanto aos aspectos morais, observa uma multidão burocrática, desnacionalizada e vestindo pela moda da cidade do Cabo; politicamente, os «homens nunca se esmurram. É uma política a frio, arrefecida pela travessia do Oceano»⁶⁰.

Se *Epopéia Maldita* deve ser utilizada como fonte histórica para o conhecimento da participação militar portuguesa em Moçambique durante a Primeira Guerra Mundial, igualmente permite surpreender conteúdos do programa político-ideológico de António de Cértima. O título escolhido para classificar o drama da guerra de África é já de si esclarecedor. *Epopéia*, logo narração heróica de uma gesta, mas, neste caso, a sua exemplaridade é *maldita*. Encontra-se aqui uma primeira ideia-base: a dessacralização dos heróis. São heróis actuais, em que o individual se plasma na sociedade e possuem capacidade para forjar uma resposta à situação agónica de vivência. Propõe o reconhecimento do heroísmo, pois foi a não correspondência entre o povo e os heróis que conduziu ao seu esquecimento. Marcado por uma «filosofia melancólica da dúvida»⁶¹, mas não pela apatia, dado estar bem presente o sentimento de revolta para reparar as três «mentiras nacionais»: a mentira heróica, a mentira política e a mentira económica⁶². O livro termina com a já referida Carta ao Exército («Gente d'Armas do meu país», Sintra, 6 de Agosto de 1924), onde se insere esta exclamação final: «Batalhões! Em vigília de armas!»⁶³.

Numa sondagem aos níveis do texto encontramos o entrelaçamento de várias temporalidades e espacialidades. Quanto ao nível das representações do tempo, pode operar-se a sua subdivisão em tempo histórico (passado próximo e passado remoto) e em tempo literário (tempo do escritor e tempo do leitor). O passado próximo recriado coincide

⁵⁹ Idem: *ibidem*, pp. 270-271.

⁶⁰ Sobre a descrição da cidade de Lourenço Marques (actual Maputo), cf. Idem: *ibidem*, pp. 36-37.

⁶¹ Idem: *loc. cit.*

⁶² Idem: *ibidem*, p. 280.

⁶³ Idem: *ibidem*, pp. 279-280.

com o tempo do escritor, em virtude deste se assumir como actor do drama; o lugar de espectador seria deixado ao tempo do leitor. O passado remoto primordial é o tempo dos Descobrimentos Portugueses do século XVI. Em relação aos níveis espaciais depara-se igualmente com duas subdivisões: o espaço colonial e o espaço metropolitano. O primeiro é ainda o espaço das viagens marítimas (a obra está organizada em dez jornadas), que corresponde ao tempo histórico, quer ao passado próximo, quer ao passado remoto, em virtude de surgir como solução de continuidade entre ambos. O espaço metropolitano aparece subjacente, correspondendo aos ausentes (os familiares dos militares e, por extensão, o Povo Português) e aos intervenientes directos ou indirectos (Exército, Governo, Administração colonial) dos «factos catastróficos».

3.3.1. Conceção de herói e de chefe

O recurso a uma «idade de ouro» (Descobrimentos Portugueses) conservava no presente um forte valor explicativo para António de Cértima, visto tipificar o heroísmo que a sociedade portuguesa necessitava. Ao longo de *Epopéia Maldita* os heróis vão sendo sujeitos a várias provas. Este meio iniciático da provação serve para legitimar o herói individual, donde emerge uma ideia de chefia. As empolgantes acções dos soldados eram justificadas pela sua capacidade de condução e risco, mas a determinação aparecia tanto maior quanto se verificava a chefia. Destaca os exemplos maiores do major Leopoldo Jorge da Silva e do capitão Francisco Pedro Curado, dado personificarem, dentro das qualidades tipificadas por Thomas Carlyle, alguns desses condutores de homens, «moderadores, forjadores e, num sentido amplo, criadores (...)»⁶⁴. O ideal de herói em António de Cértima aproxima, de facto, as concepções de Carlyle, autor que tinha lido e que obtivera projecção no meio cultural e político português desde meados do século XIX. Essa influência pode ver-se quando saúda o seu panteão cívico imaginário:

“Aqui, uma vez sobre as águas remotas do império do rei Venturoso [D. Manuel I], onde o perfume da Índia parece repassar-nos ainda o espírito e falar-nos da rajada larga das Descobertas, eu te saúdo, ó sublime legião dos meus Ancestrais, gloriosa estirpe de guerreiros, navegadores, poetas, santos, mártires, todos quantos por aqui passaram um dia, com os olhos queimados da apoteose dos combates, a alma ora deslumbrada dos prodígios que subiam até aos céus, ora horrorizada das

⁶⁴ CARLYLE, Thomas (1957): *Os Heróis*, Lisboa, Guimarães Editores, p. 19 (1.ª ed. inglesa, 1841).

crudelidades e injustiças sem nome, com o peito exaltado e o punho forte, cantando, gritando e blasfemando; enfim, todos os que sofreram, que lutaram ou se glorificaram, eu vos saúdo, ó santíssimos padecentes da glória, ó sedentes da Ambição e da Imortalidade – ó meus Irmãos, ó Heróis, eu vos saúdo!»⁶⁵

A fixação da imagem de «Portugal, gigante maltrapilho da História»⁶⁶, relaciona-se com uma mutação simbólica: ao esplendor do passado seguir-se-ia um presente decadente. Face ao diagnóstico de uma nação «esfarrapada», propunha uma nova epopeia. O herói procurado para a «redenção» devia ser essencialmente guerreiro, apto a transmitir o «verbo da heroicidade, ensinando os homens a pronunciar a Vida na linguagem vitoriosa das espadas»⁶⁷. Como se verifica, estamos face a um discurso de acção militarista: «Era uma questão de chefe, de sugestão, de *élan*. Alguém que os electrizasse, que lhes roçasse as entranhas com um palavrão de força e teriam 4000 valentes, mesmo 4000 loucos!»⁶⁸.

O mito produzia assim um símbolo social, em que a dominante activa (o encorajamento) ocupava um lugar central⁶⁹. A convicção de uma função dinâmica para os mitos observa-se no livro *Réflexions sur la violence* (1908), de Georges Sorel, outro autor que António de Cértima também leu e que influenciou várias personalidades e vários programas políticos portugueses. A preocupação com o carácter e a moralidade permitia-lhe distinguir o verdadeiro Chefe dos falsos chefes. O Chefe seria uma «alma rígida e heróica, domadora de audácias e temeridades, dum sectarismo religioso pela Pátria, querendo emendar erros, castigar abusos»; os chefes utilizavam «uma falsa prosápia militar», correspondendo «à fobia criminosa dum manejador de chicote e vociferações»⁷⁰.

O texto incorpora também elementos visuais e, como alerta Roland Barthes, «o mito é uma fala (...), esta fala é uma mensagem. Assim ela pode perfeitamente não ser oral (...)»⁷¹. Em extra-texto encontram-se duas imagens (major Leopoldo Jorge da Silva e capitão Francisco Pedro Curado) e na capa, pintada por Jaime Martins Barata, vê-se o retrato de António de Cértima, com aspecto facial grave e másculo. O major Leopoldo Jorge da Silva sintetizava a utopia da chefia: «Lembrava um antigo guerreiro que se levantasse à pressa do seu túmulo de séculos e, apertando a couraça e o escudo de Cristo,

⁶⁵ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 39.

⁶⁶ Idem: *ibidem*, p. 79.

⁶⁷ Idem: *ibidem*, p. 83.

⁶⁸ Idem: *loc. cit.*

⁶⁹ Para o problema da tipificação dos mitos produtores de símbolos sociais, cf. GURVITCH, Georges (1979): *A Vocação Actual da Sociologia*, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, pp. 113-123.

⁷⁰ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 267.

⁷¹ BARTHES, Roland (1984): *Mitologias*, Lisboa, Edições 70, p. 210.

transportasse consigo a Raça morta, num milagre»⁷². O capitão Francisco Pedro Curado, após a morte do major Leopoldo Jorge da Silva, impõe-se, segundo Cértima, como o «maior Homem de toda esta Epopeia decadente»⁷³; este militar corajoso, disciplinado e animador da alma dos soldados transportava a glória no cumprimento da cadeia hierárquica de comando e, dada a escusa do capitão Jaime Baptista em assumir a direcção do combate, que lhe pertencia como oficial mais antigo, o capitão Curado não recusou a missão⁷⁴.

3.3.2. Pátria, raça, glória, honra

No processo de construção da História apresenta-se inevitável a passagem do tempo-mito ao tempo-história. Mas nada pode impedir a transmutação do tempo-história em novo tempo-mito nas representações mentais de determinados indivíduos e, com a sua generalização, a formação de uma área de opinião pública⁷⁵. É esta situação que António de Cértima intenta realizar, recorrendo a «histórias exemplares» com vista a modelar uma maneira de agir no presente. Articula a perspectiva do mito, como estratégia revelador de um estado de alma, com a narração histórica, enquanto reposição da verdade dos factos contra as mentiras divulgadas⁷⁶. Este encontro com a verdade tem limites óbvios: todo o conhecimento é mutilado, pois a «ilusão de reconstrução integral advém do facto de que os documentos, que nos fornecem as respostas, nos ditam também as perguntas»⁷⁷.

O tempo presente condiciona o processo de reconstrução histórico que António de Cértima pretende fazer, deformando a realidade através de um efeito de *écran*⁷⁸. Ao leitor/espectador será fornecida uma verdade⁷⁹ para o combate da crença contra a descrença. A projecção de Carlyle também se verifica quando entende que a luta dos homens devia ligar-se à essência das

⁷² CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 153.

⁷³ Idem: *ibidem*, p. 155.

⁷⁴ Anota António de Cértima: «Porém, alegando não sei que *personaisíssimas* razões este oficial [capitão Jaime Baptista] recusou-se terminantemente a esta missão. E como comentário é conhecido este grito galhardo do capitão Curado, que berrou para um emissário, no fim do combate: Diga lá ao sr. capitão Baptista que venha tomar o comando *disto*, que já não há tiros...» – Idem: *loc. cit.*, nota 1 em rodapé.

⁷⁵ Para o conceito e prática de opinião pública numa perspectiva histórica, cf. MACEDO, Jorge Borges de: “A opinião pública na História e a História na opinião pública”. In: *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais*, n.º 1 (1986), pp. 47-59; BECKER, Jean-Jacques. “L’opinion”. In: RÉMOND, René (dir.), *Pour une histoire politique*, Paris, Éditions du Seuil, 1996, pp. 161-183.

⁷⁶ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 150.

⁷⁷ VEYNE, Paul (1983): *op. cit.*, p. 24.

⁷⁸ Para a explicação deste efeito de *écran*, cf. BARTHES, Roland (1984): *op. cit.*, p. 221.

⁷⁹ Idem: *ibidem*, p. 248.

coisas e não aos seus simulacros ou às suas formas⁸⁰. A objectividade que proclamou – «Chegou o momento de analisar a frio, sem paixões nem máscaras sofisticadas (...), os gestos mais secretos dos homens (...)»⁸¹ – deve ser entendida como dissimulação para ajudar ao desenvolvimento de um discurso revolucionário de direita antiliberal.

A sobrevalorização dos conceitos de pátria, raça, glória ou honra visava a sua mitificação, numa operação mental através da qual António de Cértima pretendia, numa primeira fase, despolitizá-los (retirando-os ao discurso demoliberal republicano oficial), para depois os tornar a politizar (incorporando-os, «purificados», no discurso nacionalista autoritário antiliberal). O «mito dá a simplicidade das essências»⁸²; consciente disso, Cértima actua ao logo da sua narrativa de guerra. A ideia de pátria funcionou como referente no processo de justificação do heroísmo e da glória pessoal e colectiva. A sua genealogia entroncava na cadeia biológica dos heróis do passado longínquo (os santos, os guerreiros, os cavaleiros, os navegadores), constituindo uma meta-história para a qual se apelava. A memória como presente exige uma consciência activa e é a sua «queda formidável» em áreas da decisão político-militar que o angustiou⁸³.

Neste processo de sobrevalorização da ideia de pátria e de raça, o autor constrói uma imagem negativa do negro como contraponto da civilização branca ocidental. Dentro da atitude de diferenciação cultural e rática que a postura darwinista social incrementou, o jovem intelectual/combatente António de Cértima cultivou o ódio por meio de uma agressiva adjectivação: «alcateias indígenas» e «meia dúzia de pretalhões»⁸⁴, «negro ínfimo, (...) inimigo da casta»⁸⁵, «vénus negras (...), insaciáveis como leoas»⁸⁶, «raças carnívoras, dum ódio negro, ávidas dum sangue de caverna! Sucia de cães, estes negros!»⁸⁷ ou «tentava desenferrujar o meu idioma – pervertido pelo trato com a malta negra»⁸⁸.

Como antinomínia desta visão do negro está a posição de António Ferro, que António de Cértima tanto admirava mas nem sempre estava de acordo com ele. O jovem intelectual propagandista das experiências autoritárias⁸⁹, que galvanizavam também Cértima, proclamou em 1923 na conferência futurista *A Idade do Jazz-Band*⁹⁰: «O

⁸⁰ CARLYLE, Thomas (1957): *op. cit.*, p. 27.

⁸¹ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 271.

⁸² BARTHES, Roland (1984): *op. cit.*, p. 243.

⁸³ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, pp. 189-190.

⁸⁴ Idem: *ibidem*, p. 46.

⁸⁵ Idem: *ibidem*, p. 71.

⁸⁶ Idem: *ibidem*, p. 123.

⁸⁷ Idem: *ibidem*, p. 159.

⁸⁸ Idem: *ibidem*, p. 237.

⁸⁹ FERRO, António (1927): *Viagem à Volta das Ditaduras*, Lisboa, Empresa do “Diário de Notícias”.

⁹⁰ Idem (1923): *A Idade do Jazz-Band*, Rio de Janeiro, H. Antunes & C.^a Editores.

momento é um negro. O *jazz-band* é o xadrez da Hora. *Jazz-branco; band-negro* (...). A influência da arte negra sobre a arte moderna torna-se indiscutível. A arte moderna é a síntese. Os negros tiveram sempre o instinto da síntese. Os negros ficaram na infância – para ficarem na verdade»⁹¹. O debate em torno da civilização negra e da sua relação com a cultura europeia estava bastante vivo nos anos 20 do século XX.

Relacionado com o problema da capacidade realizadora dos povos, encontramos a representação do confronto entre o português e o alemão na região do Niassa. António de Cértima alude ao choque entre as duas práticas civilizacionais que o rio Rovuma separa – a norte do rio (Migomba, Nevala) e junto à margem sul (Kionga) situava-se a zona dominada pelos alemães, a sul desse rio encontrava-se o território português –, glorificando a capacidade alemã:

“(...) o que mais chocou a atenção (...) foi a diferença encontrada logo que se pisou a região de Kionga e que punha sobre a terra, no amanho do solo, todo bem tratado e produzindo com fertilidade – a marca do dedo alemão. Aqui, sentia-se a presença do homem. A terra era escrava de alguém que a compensava com trabalho fecundo (...). O contraste da terra portuguesa, escrava dum senhor de quatro séculos, era flagrante: nesta, talvez como sentidos padrões de história, o solo guardava os mesmos troncos e a mesma vegetação heróica de Quatrocentos (...)»⁹²

O fascínio pelas realizações alemãs – a produtividade da terra ou a rede de fortificações para defesa, chegando ao ponto de classificar o forte de Nevala como «um paraíso»⁹³ – leva-o a atribuir essas qualidades ao carácter genial da «raça do norte»⁹⁴. Assim, o conteúdo do heroísmo que interessava a António de Cértima tinha sido praticado por esse povo germânico que «combatia com ideal, com razões de consciência, abrasado de paixão patriótica e força heróica. Era a sua pátria grande que eles traziam no peito, era a sua terra, sagrada como todas as outras, e que lá longe, no braseiro inclemente da Europa, se esfacelava, se perdia de todos...»⁹⁵. No geral, o comportamento do militar português configurava o inverso deste comportamento militar alemão⁹⁶. Não há dúvida que, para

⁹¹ Idem (1987): *Obras de António Ferro*, vol. 1 (*Intervenção Modernista. Teoria do Gosto*), Lisboa, Editorial Verbo, p. 216.

⁹² CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 70.

⁹³ Idem: *ibidem*, p. 142.

⁹⁴ Idem: *ibidem*, p. 238.

⁹⁵ Idem: *ibidem*, p. 249.

⁹⁶ Idem: *loc. cit.*

António de Cértima, o micro-ambiente do Niassa se erigiu em exemplo da impotência colonizadora portuguesa, dando o carácter ideológico do autor e não, obviamente, a explicação do complexo processo de colonização que Portugal desenvolveu em África.

4. «EPOPEIA MALDITA»: RECEPÇÃO PÚBLICA

A ressonância de *Epopeia Maldita* nas elites portuguesas da época atingiu uma dimensão assinalável, que foi transversal ao campo político republicano e ao campo político monárquico. Registe-se algumas personalidades que escreveram depoimentos favoráveis e que preenchem as nove páginas finais da obra: o destacado testemunho do general Manuel Gomes da Costa; as cartas do visconde de Vila-Moura, João Grave, Joaquim Costa, tenente António Metelo, Alfredo Pimenta, Severo Portela, capitão João Pina de Morais, Antero de Figueiredo; os artigos publicados em periódicos por Alberto da Veiga Simões, Joaquim Madureira, capitão-de-fragata Filomeno da Câmara (*A Tarde*), Correia da Costa (*A Capital*), João Claro, pseudónimo de Augusto Lacerda (*O Dia*), Gustavo de Matos Sequeira (*O Mundo*), Francisco Homem Cristo (*O de Aveiro*).

Entre os depoimentos citados, o do antigo comandante da 1.^a Divisão do Corpo Expedicionário Português em França, durante a Primeira Guerra Mundial, general Manuel Gomes da Costa, tem uma projecção pública significativa. O autor de *A Guerra nas Colónias, 1914-1918* (1925) utilizou nesta obra vários registos fixados por António de Cértima em *Epopeia Maldita*, publicada no ano anterior. A análise de Gomes da Costa – como a de Cértima ou a de João Maria Ferreira do Amaral em *A Mentira da Flandres e... o Medo!* (1922) – tinha como objectivo a reacção contra a «mentira» portuguesa de África e da Flandres durante a Primeira Guerra Mundial, aproveitando para denunciar a elite política e a elite militar oficial que, com as cumplicidades clientelares da Administração, se constituíra numa «nação à parte, dentro da Nação».

A crítica ao regime da I República por parte do general Manuel Gomes da Costa acentuou-se desde 1920. Em Junho desse ano foi condenado a vinte dias de prisão, no Forte de Elvas (distrito de Portalegre), por ter escrito artigos contra o ministro da Guerra, João Estêvão Águas. Em Janeiro de 1922 era novamente punido com vinte dias de prisão, agora no Forte de Caxias (distrito de Lisboa), por ter denunciado em entrevista ao periódico *A Opinião* o crescente poder da Guarda Nacional Republicana em relação ao Exército. O futuro chefe do golpe militar de 28 de Maio de 1926 radicalizou as críticas quanto à falta de preparação militar do Exército e, quanto ao comportamento das chefias

militares em África, coincidindo com as opiniões de António de Cértima em *Epopeia Maldita*:

“Em África, vemos os chefes e a sua *claque*, na Base, comendo, bebendo, passeando, gozando, estendidos nas preguiçadeiras de verga, abanados pelos *moleques*, tomando limonadas ou *wisky and soda* bem gelados; o resto, a canalha, os párias – rotos e sujos –, debaixo dum sol de inferno, sem pão, sem água, sem medicamentos, atolados nos lodos do Rovuma, trocando tiros com o inimigo pela honra duma Pátria cujos destinos estavam nas mãos de inconscientes, ou ignorantes, ou perversos.

Mas no fim, ao terminar a guerra, apareceram, numa evidência balofa, os videirinhos, assaltando os lugares de rendimento, reforçando as clientelas dos deuses de ocasião, cobrindo-se uns aos outros de condecorações, e afastando os que poderiam incomodá-los, caluniando-os, e, entre estes, até os pobres mutilados, que eles só aproveitam para os explorar em exposições públicas, colocando-os à sua frente”⁹⁷

Outros testemunhos incidem sobre a dimensão emotiva da obra, ao mesmo tempo que reconhecem a função de «formidável libelo» contra o modo como se deu a participação militar portuguesa em Moçambique durante a Primeira Guerra Mundial. Por exemplo, para o diplomata e político Alberto da Veiga Simões (membro do Partido Republicano Radical), o livro representava uma «página suprema da nossa literatura de guerra» e para o capitão-de-fragata e político Filomeno da Câmara (membro do Partido Republicano Nacionalista e da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, progressivamente seduzido pelo fascismo), o autor mostrava ser um «pintor de extensos painéis coloridos» comunicando um «grito desganhado de Justiça e Verdade».

O livro suscitou algum debate público. Veja-se um caso paradigmático, aquele que opôs o capitão de cavalaria e piloto-aviador Francisco Higinio Craveiro Lopes a António de Cértima, ambos combatentes em Moçambique⁹⁸. A tribuna dos «reparos» e «respostas», de intensidade branda, seria o periódico *Diário de Lisboa* (Março/Maio de

⁹⁷ Idem: *ibidem*, pp. 286-287.

⁹⁸ Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964). Coursou cavalaria na Escola do Exército, participando como alferes na operação do cerco de Nevala (Outubro de 1916) e no combate de Lulindi/Kivambo (Novembro de 1916). Em Maio de 1917 regressou a Portugal continental. Partiu novamente para Moçambique em Maio de 1918, regressando em Junho de 1920. Em Outubro de 1919 recebeu a Cruz de Guerra de 1.ª Classe. De 1944 a 1950 foi Comandante-Geral da Legião Portuguesa, com o posto de coronel. General em 1949, comandante da 3.ª Região Militar a partir de 1951, seria eleito Chefe de Estado em 21 de Julho de 1951. Viria a fazer parte dum grupo de dissidência interna ao regime político do Estado Novo, propondo a sua reformulação por dentro.

1925). As «correções» propostas por Craveiro Lopes diziam respeito a três considerados «exageros» de Cértima: 1) a dimensão aventureira do major Leopoldo Jorge da Silva; 2) a caracterização atribuída aos soldados, que partiam para Kivambo, como de um «rebanho pusilânime de legionários» se tratasse; 3) a prisão de Craveiro Lopes por um sargento português, em virtude de o ter confundido com um alemão. Craveiro Lopes teve uma intervenção activa em operações militares nas quais Cértima não participou e pretendeu precisar factos que a liberdade literária de Cértima hiperbolizava ou transfigurava ao serviço da sua finalidade política interveniente.

5. CONCLUSÃO

Ao longo destas memórias de guerra em Moçambique (1916 a 1918), António de Cértima evidenciou a condição de intelectual combatente comprometido com a vontade de resgatar a «verdade» da participação militar portuguesa contra as ameaças anexionistas das tropas alemãs e com a finalidade de usar a sua interpretação como instrumento de crítica às elites políticas e militares que estavam em sintonia com a orientação política dos governos republicanos. Apresentou, deste modo, o seu auto-retrato de combatente: «(...) vida de soldado-vagabundo ofertando à Pátria a fé sagrada dum coração ardente a sangrar de generosidade e de emoção castiça, mas que o leão do Niassa esfarrapou sem dó!»⁹⁹. Quanto à obra *Epopeia Maldita*, regozijando-se com a 3.^a edição de mais 1000 exemplares, afirmou: «Hoje [Novembro de 1924], este livro de gritos e labaredas sagradas, que pertence já a todo o país, entrou quase no seu sangue e foi até ao fundo da sua alma por meio das suas lágrimas, das suas apóstrofes justas e bênçãos patrióticas»¹⁰⁰.

António de Cértima impôs-se, quer no campo cultural, muito elogiado por personalidades liberais ou antiliberais, quer no campo político da direita antiliberal. Talentoso escritor da «nova geração» dos anos 20, não obteria semelhante projecção política. Ao longo do livro de guerra *Epopeia Maldita*, entretecido de história e de ficção, podemos acompanhar a descrição das paisagens, do estado de espírito dos combatentes, das tácticas militares, das condições logísticas ou de vários confrontos contra os alemães em Moçambique: margens do Rovuma, Nevala, Kionga, Negomano, Quivambos, Palma ou M'Kula. É uma imprescindível fonte histórica para construção historiográfica da

⁹⁹ CÉRTIMA, António de (1924): *op. cit.*, p. 171.

¹⁰⁰ Idem: *ibidem*, p. 285.

participação militar de portuguesa em Moçambique, no contexto da Primeira Guerra Mundial, que deve ser sujeita, como qualquer outra, à análise crítica comparativa.

Em Moçambique, as operações militares portuguesas de maior dimensão desenvolveram-se na segunda metade de 1916. Foram coetâneas da presença do combatente António de Cértima. As tropas portuguesas transpuseram a margem norte do rio Rovuma e entraram em território alemão, conquistando Nevala (Outubro de 1916), para se afirmar o prestígio militar português junto dos países beligerantes na Primeira Guerra Mundial. A contra-ofensiva alemã obrigaria à retirada de Nevala (Novembro de 1916) em direcção à margem sul do rio Rovuma. Nevala representou a glória e a perdição da auto-suficiência militar portuguesa contra os militares alemães, constituindo o relato de Cértima, quanto a esse confronto, uma narrativa de contra-memória face à versão oficial transmitida pelo chefe militar da expedição e pelo governador-geral da colónia portuguesa. A ajuda das tropas inglesas, que foi concedida às tropas portuguesas, será decisiva para a retirada das tropas alemãs do território português moçambicano.